

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE CODÓ (CCCO – UFMA)
COORDENAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

VALDELANE SANTOS DA SILVA

**A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDO DE REVISÃO
SISTEMÁTICA**

CODÓ/MA

2023

VALDELANE SANTOS DA SILVA

**A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDO DE REVISÃO
SISTEMÁTICA**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências de Codó, como requisito para a obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Santos Costa

CODÓ/MA

2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos da Silva, Valdelane.

A Inclusão Escolar na Educação Infantil : estudo de
revisão sistemática / Valdelane Santos da Silva. - 2023.
19p.

Orientador(a): Otávio Santos Costa.

Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Maranhão,
Codó, 2023.

1.Educação Infantil. 2.Inclusão escolar.3
EducaçãoInclusiva . I.Santos Costa, Otávio. II Título.

**A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDO DE REVISÃO
SISTEMÁTICA**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, do Centro de Ciências de Codó, como requisito para a obtenção de grau em Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Otávio Santos Costa

Aprovado em: 20/07/2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Otávio Santos Costa (UFMA)

Orientador

Prof. Dr. Samuel Correa Duarte (UFMA)

Profa. Ma. Eduarda Megumi Kawase (UFSCar)

CODÓ-MA

2023

A INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: ESTUDO DE REVISÃO SISTEMÁTICA

RESUMO

O direito das crianças do público-alvo da educação especial ao acesso e permanência na rede regular de ensino transformou a promoção da educação, e as orientações de documentos educacionais, mediante as discussões da universalização da educação inclusiva, deste modo, a inclusão escolar na educação infantil se apresenta como meio para pensar-se sobre como se desenvolve a educação inclusiva, diante das circunstâncias sociais, econômicas, formativas, políticas e da realidade educacional brasileira. O objetivo desse trabalho é analisar a importância da inclusão escolar na perspectiva da educação infantil, especificando marcos legais e socioeducativos na modalidade da educação especial inclusiva e da educação infantil, à vista de identificar os discursos sob a dimensão da importância da inclusão escolar na primeira etapa da educação básica em dissertações e teses acerca da temática pesquisada. Desta forma, a investigação do trabalho se organiza no método de revisão sistemática, a qual tem por objetivo análises de dados de literatura científica. Ressalta-se que a educação infantil inclusiva marca discussões e capacidade de pensar sobre a educação inclusiva em creches e pré-escolas e seu papel na inclusão escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil. Inclusão escolar. Educação Inclusiva.

ABSTRACT

The right of children in special education to access and remain in the regular education system has transformed the promotion of education, and the guidelines of educational documents, through discussions of the universalization of inclusive education. In this way, school inclusion in early childhood education is presented as a means of thinking about how inclusive education is developed, given the social, economic, educational, political circumstances and the Brazilian educational reality. The aim of this work is to analyze the importance of school inclusion from the perspective of early childhood education, specifying legal and socio-educational milestones in the modality of inclusive special education and early childhood education, in order to identify the discourses on the importance of school inclusion in the first stage of basic education in dissertations and theses on the researched theme. In this way, the investigation of the work is organized in the systematic review method, which aims to analyze data from scientific literature. It should be noted that inclusive early childhood education marks discussions and the ability to think about inclusive education in nurseries and pre-schools and its role in school inclusion.

Keywords: Early childhood education. School inclusion. Inclusive education.

INTRODUÇÃO

Considerando a educação infantil como a primeira etapa da educação básica faz-se necessário contextualizar o reconhecimento desse ensino com base no panorama aqui estudado, educação especial inclusiva na educação infantil.

Poderíamos considerar tal reconhecimento em diferentes documentos, sejam eles nacionais ou internacionais, tais como, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA na Lei nº 8.069/1990, a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), todos produziram sequência da educação para todos como direito (VITTA et al., 2018, p.2). Assim as discussões e reflexões sobre a educação inclusiva de pessoa com deficiência no sistema regular de ensino, desde o ponto da educação infantil a modalidade do ensino superior.

A Declaração de Salamanca (UNESCO,1994) a qual foi um marco para inclusão escolar, é um documento que preconiza princípio para práticas e políticas voltadas para educação especial, Unesco (1994). Em seu segmento a declaração reitera indicadores para o desenvolvimento educacional, fornece a educação especial decisões em benefício da aprendizagem das pessoas com deficiência, dando ênfase em combater práticas discriminatórias, ressalta ações e estruturas que deve ser oferecida para todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras, ainda em

contexto de estrutura da educação especial, o documento elenca orientações em níveis regionais e internacionais, traz fatores relacionados a escola como meio inclusivo, reconhece a necessidade urgente de medidas para inclusão, serviços de apoio para o sucesso das políticas educacionais inclusivas e estabelece entre outras coisas, educar de todos os alunos (UNESCO, 1994).

Neste pensamento, a Declaração de Salamanca em referência a educação infantil, o documento acentua:

“O sucesso de escolas inclusivas depende em muito da identificação precoce, avaliação e estimulação de crianças pré-escolares com necessidades educacionais especiais. Assistência infantil e programas educacionais para crianças até a idade de 6 anos deveriam ser desenvolvidos e/ou reorientados no sentido de promover o desenvolvimento físico, intelectual e social e a prontidão para escolarização[...].” (UNESCO, 1994, p. 12).

A Declaração de Salamanca defende a educação infantil como sendo uma área prioritária para educação inclusiva, quanto mais cedo possível, mais reforça a ideia da inclusão escolar na educação infantil.

Um fortalecimento para educação inclusiva no Brasil é visto no Plano Nacional de Educação - PNE na Lei nº 10.172/2001, pode ser considerado como marco teórico após a Declaração de Salamanca, o PNE abrange relevância para a política educacional brasileira nas primeiras décadas de 2000.

PNE marca “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”.

Dentre outros aspectos, o PNE faz menções às metas e objetivos, e discutir ações no ensino inclusivo, sendo a primeira iniciativa de atendimento as crianças, jovens e os adultos, dessa forma o PNE traz meios para processo da construção da educação inclusiva no país.

Segundo Batalla (2009), o Plano Nacional de Educação estabelece objetivos e metas no sistema de ensino acerca da educação especial sobre a oferta do atendimento destinado ao público-alvo na rede regular de ensino. O plano demonstra déficit referente ao segmento da oferta de matrículas, apresenta oscilações com os termos, criança com deficiência e criança deficiente, na formação docente, demonstra um paralelo com integração em virtude ao ensino, expressa cortes no financiamento da implementação das políticas, denota confusão sobre o papel das salas de recursos e de serviços destinados.

Para o avanço das argumentações em análises sobre marcos legais na educação especial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva – PNEEPEI (BRASIL, 2008), trouxe mudanças no paradigma da escola como espaço inclusivo definindo a função do atendimento educacional especializado - AEE na rede regular de ensino e escolarização em tempo integral.

O documento em seu texto afirma um caráter pedagógico a respeito da política nacional inclusiva dando sentido que a inclusão se manifesta em diversos segmentos

“O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando sem nenhum tipo de discriminação[...]” (BRASIL, 2008).

Ademais, o PNEEPEI redimensiona ações na garantia do direito à educação, e da expansão das matrículas do público-alvo e da asseguaração da obrigatoriedade. No que se refere ao campo da educação infantil, o PNEEPEI (2008) indica que o acesso à educação se consolida pela educação infantil. Traz aspectos a qual a criança pequena possa se desenvolver plenamente,

dando acesso a diferentes formas de estímulos para suas especificidades, contudo o documento promove potencialidade para criança, no sentido de se desenvolverem por meio de atividades próprias.

Na fundamentação dos direitos das pessoas com deficiência, a Lei Brasileira de Inclusão- LBI (Lei nº 13.146/2015), é considerada como estatuto da pessoa com deficiência, destina diversos dispositivos para igualdade e trata da acessibilidade e da inclusão em diferentes aspectos da sociedade, um desses aspectos é o direito a educação. A educação é apresentada como objetivo e como deve ser esse objetivo, em seu Art.27.

“A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistemas educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades física, sensoriais, intelectuais e sociais segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. (BRASIL,2015)

Brandão e Ferreira (2013), ressaltam que os balanços normativos em razão do acesso, garantia, atendimento e direito, são contemplados nos documentos, logo, percebemos que a educação especial em perspectiva inclusiva e educação infantil são mencionadas como sendo parte da educação para todos, dessa maneira, a uma concordância nos documentos que a educação infantil é a entrada para educação inclusiva a qual auxilia na intensificação do desenvolvimento educativo e social em vez que favorece a formação da criança, e além de propor o respeito a diversidade.

Diante desse quadro, reconhecer a trajetória sejam elas, históricas, políticas, sociais ou educativas, faz com que entendermos o papel da inclusão escolar na universalização da educação, na qual é para todos e com todos.

DESENVOLVIMENTO

O surgimento do movimento pela inclusão colocou ressignificações nas práticas sociais, políticas e nas normas educativas (BAPTISTA,2019). Nesse sentido, a definição caiu sobre o campo da educação infantil, a concepção acerca da educação para as crianças do público-alvo considerando sua dimensão social, têm por papel assegurar o respeito a diversidade, aprendizagem, cuidado e aspectos vinculados ao ensino, de modo que a inclusão escolar desempenhe um parecer pedagógico centrada na criança. Para autora Mantoan (2006)

“Em uma palavra, a inclusão não pode mais ser mais ignorada. Ela está tão presente que motiva pressões descabidas, que pretendem nos desestabilizar a qualquer custo. Aos contrassensos pelos quais a Escola Inclusiva é tão combatida que damos á escola que queremos para todos os brasileiros: uma escola que reconhece e valoriza as diferenças”.

Diante das circunstâncias, a Educação Infantil desempenha um papel determinante ao início da inclusão escolar (CARNEIRO, 2012). A etapa permite um decisivo conjunto de potencialidade para criança, pois é onde o sujeito constrói suas primeiras noções de coletividade, afetividade, desenvolvimento, personalidade e inteligência, ou seja, ela se insere nas relações sociais.

Quando revisado sobre alguns documentos em questões das políticas públicas educacionais, inteirar-se em discutir o tópico educação especial inclusiva na educação infantil, esta inteiração permite discussões sobre as políticas públicas na organização do propósito da busca da universalização, dessa forma, os referidos documentos têm por intuito legitimar o contexto do estudo.

Posto isto, buscamos compreender, como a inclusão escolar na educação infantil é abordada nas produções científicas, por seguinte procedemos verificar as discussões sobre a importância da inclusão escolar na educação infantil, para isso as buscamos identificar e descrever os estudos sobre o tema a partir das teses e dissertações publicadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD).

O percurso metodológico que institui o presente artigo configurou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, como um estudo de revisão sistemática.

A revisão sistemática é um método que utiliza como fonte dados diferentes estudos resultantes de conjunto pesquisado. Esse tipo de investigação científica objetiva identificar, relacionar e avaliar os estudos, ela também admite responder uma questão específica. O método é baseado na formulação dos dados da literatura sobre determinado tema, logo possibilita o pesquisador resultados mais confiáveis, pois define os pontos de cada trabalho analisado e quais decisões podem ser tomadas para revisão (CORDEIRO et al., 2007, p.2)

Elegemos como fonte de dados o portal *online* da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que contemplassem a temática estudada.

Em consideração ao tema principal, a escolha de conjuntos dos trabalhos selecionados na qual partiram do assunto proposto '*políticas de educação especial na educação infantil*'.

Logo, a delimitação se sucedeu em publicações em quaisquer datas, e da escolha das combinações de diferentes descritores "*Políticas Públicas; Educação Especial*" e "*Educação Infantil*".

Com intenção de filtrar as dissertações e teses foram estabelecidos critérios para organização dos estudos acerca da temática definida, foram prescritos critérios de inclusão e critérios de exclusão.

Os critérios de inclusão das dissertações e teses parte da leitura dos títulos, dos resumos, palavras-chaves e das conclusões, a fim de obter estudos dentro do objetivo e do tema pesquisado, ou seja, foram selecionados aqueles que tivessem enfoque nas políticas de educação especial e educação infantil, tivessem uma perspectiva da inclusão escolar, apresentassem metodologia, conclusões definidas e serem publicados em língua portuguesa. Os critérios de exclusão, partiram da falta de proximidade com tema: duplicidade, desapropriado sob a temática, língua estrangeira, se explanasse nível educativo específico e estudos que dissertam sobre uma deficiência específica.

Obtivemos 123 resultado, a qual aproximaram um total de 09 estudos, com seleção dos títulos e resumos restaram 05 trabalhos conforme a temática estudada.

Tabela 1. Identificação de dissertações e teses dos materiais encontrados por descritores

Título	Autor/Ano	Palavra-chave	Instituição/Nível	Link
As Políticas de Educação Inclusiva para Educação Infantil- Anos 2000	LÓPEZ (2010)	Política Educacional. Educação Inclusiva. Educação Infantil. Crianças com deficiência.	Universidade de Santa Catarina (MESTRADO)	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_a418444c159e38bded8ea3de0db82412
A Inclusão Escolar e Direito á Educação de Crianças Público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil: O que dizem os professores especializados	HERNANDEZ-PILOTO (2018)	Trabalho docente na Educação Especial. Inclusão Escolar na perspectiva inclusiva. Formação docente. Direito á qualidade da Educação Especial.	Universidade Federal do Espírito Santo (DOUTORADO)	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFES_2071604a5d835bebee8f2df80acae355
Educação infantil, educação especial e planos nacionais no Brasil pós anos 1990	SOUZA (2018)	Educação infantil. Educação especial. Planos Nacionais de Educação Política Educacional.	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (DOUTORADO)	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/USP_61e86fb4bc7a76e6a44e3615aa1c7f6a
A Política Educacional Inclusiva na Educação Infantil: Análise da rede de ensino Maricá/RJ	MORAES (2022)	Políticas Públicas. Inclusão Escolar. Educação Especial. Educação Infantil	Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente-UNESP (MESTRADO)	https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_1805136dcf351

				19923aa8dd15f145467
Educação Especial, Educação Infantil, Perspectiva da Inclusão: Reflexões e possibilidade.	MAEKAWA (2023)	Educação Especial. Educação Infantil. Foucault.	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (MESTRADO)	https://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFMS_2f1431bfeb76e5b54177c71d35ab6ca0

Fonte: (Autora, 2023)

Através da “*Tabela 1*” verificamos estudos relacionados com pesquisa, *A Inclusão Escolar na Educação Infantil*, e ademais assuntos que circundam a temática, destaca-se os objetivos e contribuições de cada trabalho, sem pretensão de reduzi-los, mas para apenas identificar os conteúdos propostos.

Na dissertação, López (2010) “As políticas de educação inclusiva para a educação infantil no Brasil- anos 2000” objetivou compreender as políticas de educação inclusivas voltadas para educação infantil, o processo de investigação constitui em análise de documentos nacionais e internacionais com base nos discursos de Fairclough (2001) e Orlandi (2009), tendo como recorte o período de 2000 – 2010, vista que na década 2000 é percebido uma vasta introdução de documentos educacionais na educação especial no país. Logo, o que é visto como resultado da pesquisa López (2010) em consequência da análise política e sua estruturação, á pontos de tensionamento, ou seja, no modo da garantia do acesso e da ausência sobre o consenso na garantia da educação inclusiva.

Em sua tese de doutorado em Educação na área de Educação Especial e Processos Inclusivos, Hernandez-Piloto (2018), com título: *A Inclusão Escolar e Direito á Educação de Criança Público-alvo da Educação Especial na Educação Infantil: O que dizem os professores especializados, tem por objetivo investigar o conceito de inclusão escolar, e o direito a educação das crianças público-alvo na educação infantil, o trabalho envolve análise documental e bibliográfica, desse modo, o estudo exploratório é realizado por meio de entrevista com professoras de educação especial e gestores (as) da educação infantil que atuam no âmbito do Sistema Municipal de Educação de Vitória/ES, tendo como finalidade analisar as concepções de inclusão escolar e o direito a educação da criança público-alvo.*

A tese “Educação infantil, educação especial e planos nacionais de educação no Brasil pós anos 1990” Souza (2018) objetiva analisar as políticas públicas de educação infantil, sob os Planos Nacionais de Educação entre o período de 2001 e 2014, tendo como materialização as especificidades do Estado, considerando o processo de lutas na garantia do direito à educação das crianças com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, a pesquisa é apoiada nos conceitos gramscianos, autora busca compreender a definição do Estado ampliado e na filosofia de práxis, concepções difundidas pelo Gramsci. A abordagem metodológica é dada pela análise documental considerando o materialismo histórico-dialético de Gramsci tomando como base as Leis nº 10.172/2001 e 13.00/2014, assim, o estudo discutir a representação do PNE/2001 e no PNE/2014 e suas sugestões na garantia do direito à educação das crianças público-alvo, tendo em vista analisar as políticas públicas destinadas a educação especial inclusiva na educação infantil, quais metas e estratégias cedidas nos planos.

Na dissertação “A Política Educacional Inclusiva na Educação Infantil: Análise da Rede Municipal de Ensino de Maricá/RJ”, Moraes (2022) descreve os pressupostos das políticas públicas educacionais, tendo como análise as normas internacionais e nacionais sob a ótica do município analisado. O estudo traz questões sobre “quais políticas públicas foram implementadas na rede de ensino para o aumento efetivo da inclusão na Educação Infantil em Maricá/RJ” sendo que a mesma em 2018 foi eleita pelo Ministério da Educação (MEC) a segunda melhor cidade do país no atendimento a criança pequenas público-alvo da educação especial (MORAES,2022). O processo metodológico baseou-se em pesquisa de natureza mista (quali-quantitativa), revisão bibliográfica, documental e estudo de caso, dessa forma, por meio de questionários e entrevistas com profissionais da educação infantil, a estruturação auxiliou na elaboração de um relatório consolidado no cenário político-educacional na educação infantil do município, assim, a investigação deu-se aspectos das matrículas, na garantia dos serviços, recursos pedagógicos, e como se dar o processo de inclusão na escola, as discussões do resultado são dado por aspectos internos e aspectos externos, tendo como base as entrevistas realizadas com os profissionais, os pontos colocados para análise dos aspectos se manifestam nos assuntos como, investimento financeiro na educação especial, capacitações e experiências dos profissionais, preocupação com a inclusão em questões de ampliar as vagas ofertadas se a cidade oferece cursos de graduação e incentivos sociais, melhoria do espaço escolar a qual apresentou fraqueza no momento da investigação, essas análises no município marca um olhar sobre como é a educação inclusiva na educação infantil tendo como parâmetros as políticas públicas educacionais, as ofertas de serviços e apoio.

A pesquisa com título “Educação Especial, Educação Infantil, Perspectiva da inclusão: reflexões e possibilidade” Maekawa (2023), tem por objetivo principal analisar o processo da inclusão escolar fundamentada no aporte teórico de Michel Foucault, dessa forma, o trabalho investiga os motivos que impedem execução dos discursos que circundam a inclusão escolar no contexto da educação infantil e apresenta um balanço sobre os aspectos históricos e sociais dentro da fundamentação para compreender a inclusão, a autora cita que a inclusão é permeada em todos segmentos, contextos, áreas e relações sociais.

Um outro ponto colocado no estudo é sobre os contextos históricos normativos da educação especial inclusiva na educação infantil. A Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (1996) marcam a educação infantil como sendo possuidora de características para o meio educativo brasileiro, o que concerne à educação especial os documentos que reitera a perspectiva inclusiva tais como, a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), assim os documentos embasam a educação para todos, tendo como aspectos a permanência e acesso das crianças com ou sem deficiência.

Com base na leitura do trabalho López (2010) Os objetivos descritos no trabalho se fundamentam em contribuir para entendimento das políticas de educação inclusiva na educação infantil, dessa maneira, o estudo justifica-se em identificar os discursos políticos sobre a primeira etapa da educação básica, tendo em vista compreender a estruturação do atendimento voltado às crianças com deficiência, indicando como se constitui a perspectiva inclusiva da educação especial na educação infantil no Brasil. O que concluímos com a investigação que a educação infantil precisa têm mais fortalecimento na perspectiva inclusiva, cabendo as políticas públicas educacionais dedicar centralidade no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, reconsiderando o ensino e todo seu processo para formação humana, sem perder de vista a criança sobretudo nas instituições públicas.

Dessa forma, a escola como sendo um meio para essa construção, e pensando a educação infantil como a primeira etapa salienta a idealização da inclusão escolar e permite a reflexão sobre um atendimento educacional especializado deste a creche e pré-escola como serviço para estimulação desse atendimento até Ensino Fundamental e demais modalidades, tendo como foco potencializar o ensino para crianças com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Na pesquisa Hernandez-Piloto (2018), em sua análise sobre o município, observa-se falha no investimentos em políticas de formação de professores de educação especial, os

profissionais alegam dificuldades em razão da oferta e execução de serviços de apoio, e no aprofundamento ao debate na qualidade da educação especial, que entra aspectos como, currículo, formação coletiva, trabalho docente e uma educação inclusiva eficaz, de modo, apresenta-se uma contradição já que o município cumpre a meta de acesso de quase 100% de crianças (HERNANDEZ-PILOTO, 2018). Os resultados expressos no estudo em razão da política de formação demandam ser intensificada em uma perspectiva inclusiva, carecendo que a concepção da educação especial na educação infantil se acentuem como propósito, um outro aspecto destacado na pesquisa é a diversificação sobre como os profissionais participantes se atentam aos métodos para o desenvolvimento da criança público-alvo, a qual conduzem uma falta de como se atentar as especificidades e potencialidades, logo, esses aspectos sublinha uma fragilidade nas concepções do direito á educação e na inclusão escolar. Tendo análise do trabalho sobre o município, na qual não podemos enfatizar os resultados como sendo uma perspectiva do ensino como todo para criança do público-alvo. O que podemos sintetizar sobre a pesquisa é como a inclusão escolar apesar dos normas legais em concepções da obrigatoriedade e universalização na garantia da educação para todos, ainda está imersa a fragilidades enquanto os segmentos de formação, recursos pedagógicos, apoio escolar e no debate em como criança deve ser efetiva em sala. Hernandez-Piloto (2018, p. 67) “é necessário que, juntamente com universalização da pré-escola, se universalizem e fomentem os debates sobre uma concepção de educação infantil que reconheça as crianças como sujeitos de direitos”, com esse princípio os marcos normativos asseguram o viés, mas, em muitas vezes esse viés não se concretiza. O perigo dessa contradição fica imersa na formação dos professores de educação especial diante da educação infantil, quais recursos destinados a qual possa atender as especificidades de cada um, o princípio da escolarização, como vem sendo o atendimento para crianças de zero a cinco anos em creches e pré-escolas no contexto da educação especial, dessa forma, percebemos que a da educação especial na perspectiva inclusiva se tratando da educação infantil ainda requer discutir o papéis de vários conjuntos que fazem parte do corpo escolar e fora dele, deste pensar a importância das creches e pré-escolas e das questões sociopolíticas.

Na tese de doutorado (SOUZA, 2018). As análises das políticas educacionais sobre a educação infantil na educação especial apoiada no objetivo e do processo metodológico determinam um olhar sobre uma educação para crianças com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação, tendo como base políticas que realmente asseguram o direito de estarem e permanecerem. O que podemos destacar sobre as análises do Planos Nacionais de Educação de 2001 e 2014, considerando a legitimação do direito das

crianças público-alvo, é a importância deles para o processo do estabelecimento de consensos e controvérsias que influenciaram a implementação de políticas educacionais na educação infantil e educação especial no Brasil, é que compreender a organização de cada plano frisa a verificação da materialização do Estado em virtude da garantia do direito. Dessa forma, a educação inclusiva considerando seus efeitos, é uma fonte de documentos que visa o direito à educação, logo, a educação para todos pauta-se nas singularidades, que possam ser articuladas ao projeto-político de creches e pré-escolas de forma em garantir a escolarização e mobilização das comunidades escolar, de modo que não a uma alternativa a qual seria uma reorganização dos sistemas educacionais inclusivos nos princípios do Estado.

No trabalho de Moraes (2022). As análises das políticas educacionais sobre a educação infantil na educação especial apoiada no objetivo e do processo metodológico determinam um olhar sobre uma educação para crianças com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidade/superdotação tendo como base políticas que realmente asseguram o direito de estarem e permanecerem, ao conhecermos e compreendemos as políticas públicas educacionais permite discutir o processo da administração pública destinada a coletividade e tomada de decisões mais seguras e eficientes, levando em consideração na educação infantil a qual é importante a participação efetiva dos pais e responsáveis no desenvolvimento da criança. por fim, o trabalho destaca uma educação para todos pautadas nas singularidades e articuladas ao projeto-político de creches e pré-escolas de forma em garantir a escolarização e mobilização das comunidades escolar, o que tiramos dessas discussões é de como o estudo auxilia no entendimento sobre o cenário da educação inclusiva na educação infantil ainda apresenta uma escassez educacional e sociopolítica quando se apresenta a realidade como é o caso do estudo.

Em sua pesquisa Maekawa (2023), assim, tendo como suporte os pontos colocados no trabalho, o que evidenciamos é que a inclusão não se restringe a uma esfera específica e tomada do seu processo faz-se de relações sociais, ademais a inclusão escolar na perspectiva da educação infantil, ela se reverbera como sendo a modalidade educacional a qual precisa ser considerada como objetivo nas demandas educacionais e políticas.

Contudo, se pensarmos a inclusão como condição social na qual é importante observar condições da realidade, o que podemos compreender quando colocado na perspectiva da educação infantil é de que a etapa propicia discussões e possibilidades para a educação inclusiva, nesse sentido, observamos que a primeira etapa da educação básica dar o contexto para inclusão

escolar, então conseguimos compreender que esse fator se constrói de fenômenos legais, econômicos e sociais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As buscas realizadas com base nos dados escolhidos na produção das dissertações e teses abre questionamentos sobre a inclusão escolar voltada para educação infantil, considerando as discussões no papel da educação infantil para educação inclusiva.

As discussões da educação inclusiva como direito trouxe uma reorganização política, social e pedagógica, essa consolidação emergiu transformações dos sistemas educacionais, em sistemas educacionais inclusivos que atendessem todos, nesse sentido, a educação inclusiva defende o direito da educação para todos, em referência ao contexto da educação infantil, a dimensão inclusiva traz condições do acesso na rede regular de ensino, e em circunstância da permanência e participação.

Em análise sobre as políticas públicas educacionais e dos segmentos que a acerca, á estratégias pedagógicas inclusivos para melhorar o ensino para todos, tendo como precedentes os estudos, existe uma falta de consenso entre o direito do aluno a permanência, acesso e recursos ofertados versus o Estado, claro que não á como definir um balanço geral do sistema brasileiro tendo em vista estudos analisados, as produções estudadas apresentam pontos comuns, problematiza a necessidades de investimentos na concepção dos serviços destinados a crianças público-alvo. Dessa forma, o que é retirado desses aspectos, é a perspectiva que as mudanças estão postas a lei, campo está difundido, mas ainda, não estão devidamente traduzidas em ações políticas, e por isso na maioria das vezes não chegam nas instituições escolares e menos ainda as salas de aula, o perigo dessa contradição tem sido consideravelmente o maior problema para escolarização, a qual reflete na formação docente e práticas pedagógicas que atendam as especificidades das crianças público-alvo, se faz necessário respeitar a diversidade em sala, levando em consideração as leis, os profissionais, a realidade, o projeto e alternativas pedagógicas atentando como objetivo central, que é a criança.

Este trabalho objetiva de forma geral analisar a inclusão escolar na educação infantil como a temática é abordada mediante os estudos científicos. Portanto, a educação infantil no contexto da inclusão escolar oferecida de forma equitativa tem importante papel na promoção do desenvolvimento integral da criança público-alvo da educação infantil. Dessa maneira, reiteramos que não é possível ignorar a diversidade existente em sala, a inclusão promove o querer que todos os alunos aprendam juntos, o que ainda vemos é que a educação inclusiva se configura como um desafio constante no contexto da educação brasileira no concerne as ofertas

e serviços destinados as crianças com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, logo, princípios da escola inclusiva são realizadas em diferentes frentes, considerando a idealização de articulações dos fenômenos sociais, políticos e pedagógicos. Com essa temática, a pesquisa tem por finalidade discutir a importância da inclusão escolar na educação infantil, a qual pensar nesta direção abre cada vez mais debate sobre o impacto do assunto em estudos futuros. Por fim, acreditamos que a modalidade é ponto chave para pensar-se na inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Cláudio Roberto. **Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil**. Educação e Pesquisa, v.45, p.1-19, 2019.
- BATALLA, Denise Valduga. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva brasileira**. Fundamentos em Humanidades, v. 10.19, p. 1-14, 2009.
- BRANDÃO, Maria Tereza; FERREIRA, Marco. **Inclusão de crianças com necessidades educativas especiais na educação infantil**. Revista Brasileira de Educação Especial, v.19, p. 1-16, 2013
- BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Disponível :
https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/113146.htm&ved=2ahUKEwjvNH_vN_AhVWH7kGHTw7BeYQFnoECCIQAQ&usg=AOvVaw2sRP9QQY1GIvIMK9L64Gg7 , acesso: 21/06/2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providencias. Disponível:
https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf&ved=2ahUKEwiy-9jGu9_AhWnGbkGHY4vCwEQFnoECCIQAQ&usg=AOvVaw3ur1UdWvZoWqDCD8H1iljT , acesso: 19/06/2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
 Disponível:https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf&ved=2ahUKEwjagKnyut_AhUbDrkGHZ-VA2wQFnoECB0QAQ&usg=AOvVaw2uUG7-LxbYliE4Y15aeFtR , acesso: 19/06/2023.
- CARNEIRO, Relma Urel Carbone. **Educação inclusiva na educação infantil**. **Práxis Educacional**, p. 1-15, 2012.
- CORDEIRO, A; OLIVEIRA, J; GUIMARAES, C. **Revisão Sistemática: uma revisão narrativa**. Revista doo colégio brasileiro de cirurgições, v.34, p.428-431, 2007.
- HERNANDEZ-PILOTO, Sumika, S. **Inclusão escolar e direito á educação de crianças público-alvo da educação especial na educação infantil: o que dizem os professores especializado**: Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva,2018.
- LÓPEZ, Graziela M, B. **As políticas inclusivas para educação infantil no Brasil: Anos 2000, 2010**.
- MAEKAWA, Elisangela Mitiko Higa. **Educação especial, educação infantil, perspectiva da inclusão: reflexões e possibilidade**. 2023.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade é diferenças na escola como andar no fio da navalha**. Educação, v.29, n.1, p.1-11, 2006.
- MAEKAWA, Elisangela Mitiko Higa. Educação especial, educação infantil, perspectiva da inclusão: reflexões e possibilidade. 2023.SOUZA, Fernanda Cristina de. **Educação infantil, educação especial e planos nacionais de educação no Brasil pós anos 1990**. 2018.217f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação de Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994. Disponível

VITTA, Fabiana Cristina Frigieri, *et al.* **A Produção Científica Nacional na Área de Educação Especial e a Creche**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 24, p. 619-636, 2018.